



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXVI / EDIÇÃO 24 DE ABRIL DE 2026

PARECER JURÍDICO Nº 01/2026

DE: ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE CONGO/PB

PARA: GABINETE DA PREFEITA

**DIREITO ADMINISTRATIVO. CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO. MOTORISTA. CESSÃO NÃO RECÍPROCA. ÔNUS PARA O MUNICÍPIO CESSIONÁRIO. INTERESSE PÚBLICO. LEGALIDADE. POSSIBILIDADE.**

### I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Assessoria Jurídica o Ofício nº 180/2026/GAPRE, oriundo do Município de Sumé/PB, por meio do qual se solicita a cessão do servidor **ISAEEL DA SILVA BRITO**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, integrante do quadro funcional do Município de Congo/PB, para exercer suas atribuições junto àquele ente federativo, com ônus para o Município cessionário, até a data de 31 de dezembro de 2028. O pedido encontra-se devidamente formalizado, indicando a identificação funcional do servidor, o cargo ocupado e a finalidade da cessão, não havendo, a priori, notícia de prejuízo à prestação do serviço público no âmbito deste Município. É o relatório. Passa-se à análise jurídica.

### II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

#### 1. Da cessão de servidores públicos e da cooperação administrativa

A cessão de servidores públicos constitui instrumento legítimo de gestão administrativa, amplamente admitido no ordenamento jurídico pátrio, consistindo no afastamento temporário do servidor de seu ente de origem para exercício funcional em outro órgão ou entidade, sem ruptura do vínculo jurídico originário.

Tal instituto encontra fundamento nos princípios insculpidos no art. 37, caput, da Constituição Federal, notadamente os da legalidade, eficiência e supremacia do interesse público, bem como no modelo de cooperação federativa que orienta a atuação dos entes públicos.

No caso em análise, a cessão pretendida possui natureza **não recíproca**, voltada ao atendimento de necessidade administrativa do Município de Sumé/PB, não configurando qualquer forma de provimento derivado vedado, tampouco burla à exigência constitucional de concurso público.

#### 2. Da preservação do vínculo funcional e do regime jurídico

A cessão pretendida não implica alteração do vínculo jurídico do servidor com o Município de Congo/PB, permanecendo inalterados:

- o cargo efetivo de origem;

- o regime jurídico;
- o regime previdenciário; e
- a vinculação funcional.

Trata-se, portanto, de mero deslocamento funcional temporário, com exercício das atribuições em outro ente, sem qualquer inovação no vínculo estatutário.

Ademais, o próprio ofício explicita que o ônus remuneratório será suportado pelo Município de Sumé/PB, circunstância que afasta impacto financeiro direto sobre os cofres do Município cedente, atendendo aos princípios da responsabilidade fiscal e da eficiência administrativa.

#### 2. Do interesse público e da conveniência administrativa

A validade da cessão de servidor público está condicionada à demonstração de interesse público, o que, no caso concreto, revela-se presente na solicitação formal do ente cessionário, que evidencia a necessidade do profissional para o regular desempenho de suas atividades administrativas.

Por outro lado, cumpre ao Município cedente aferir a **conveniência e oportunidade administrativa**, especialmente quanto à inexistência de prejuízo à continuidade dos serviços públicos locais.

Inexistindo comprometimento da prestação do serviço público municipal, não há óbice jurídico à cessão pretendida.

#### 3. Do prazo da cessão e da possibilidade de revogação

O prazo de cessão indicado (até 31/12/2028) revela-se juridicamente admissível, desde que formalizado por instrumento próprio e condicionado à manutenção do interesse público.

Ressalte-se, contudo, que, por força do princípio da supremacia do interesse público, a cessão deve prever a possibilidade de revogação a qualquer tempo, mediante decisão motivada do Município cedente, caso sobrevenha necessidade administrativa superveniente.

#### 4. Do acompanhamento do estágio probatório durante a cessão

No que concerne ao fato de o servidor **ISAEEL DA SILVA BRITO** encontrar-se em estágio probatório, impõe-se a adoção de cautelas específicas quanto à sua avaliação funcional, a fim de garantir a regular aferição dos requisitos legais para aquisição da estabilidade, nos termos do art. 41 da Constituição Federal.

A cessão do servidor, por si só, não constitui óbice à continuidade do estágio probatório, desde que assegurados mecanismos formais de acompanhamento e avaliação de desempenho, com preservação da competência do ente de origem para a consolidação dos registros funcionais.

Nesse contexto, recomenda-se que o ato de cessão estabeleça expressamente que:

- o estágio probatório **não será suspenso nem interrompido** durante o período de cessão;

- o acompanhamento das atividades e do desempenho funcional do servidor será realizado pelo Município cessionário (Sumé/PB), no local de efetivo exercício;
- o Município de Sumé/PB deverá encaminhar ao Município de Congo/PB **relatórios periódicos de avaliação funcional**, preferencialmente em periodicidade anual, contendo elementos objetivos acerca da assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade do servidor;
- caberá ao Município de Congo/PB, na qualidade de ente de origem, proceder à **análise, validação e registro das avaliações**, promovendo sua inserção na ficha funcional/financeira do servidor, para fins de eventual confirmação no cargo.

Tal sistemática encontra respaldo na orientação doutrinária e jurisprudencial no sentido de que o estágio probatório pode ser regularmente cumprido fora do órgão de origem, desde que mantido o controle avaliativo pela Administração a que o servidor se vincula.

Dessa forma, desde que observadas as cautelas acima delimitadas, não se verifica impedimento jurídico à cessão do servidor em estágio probatório, restando resguardados os princípios da legalidade, eficiência e segurança jurídica.

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica do Município de Congo/PB **opina favoravelmente à cessão do servidor ISAEEL DA SILVA BRITO ao Município de Sumé/PB**, desde que observadas as seguintes condições:

1. formalização da cessão por meio de ato administrativo ou termo próprio;
2. manutenção integral do vínculo funcional com o Município de Congo/PB;
3. assunção do ônus remuneratório pelo Município cessionário;
4. inexistência de prejuízo ao serviço público local;
5. encaminhar ao Município de Congo/PB **relatórios periódicos de avaliação funcional**, preferencialmente em periodicidade anual, contendo elementos objetivos acerca da assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade do servidor; e
6. previsão de possibilidade de revogação da cessão por interesse público.

Assim, **inexistem óbices jurídicos à autorização da cessão**, por se tratar de medida compatível com os princípios da Administração Pública e com o ordenamento jurídico vigente.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Congo/PB, 24 de abril de 2026.

  
**ANA MARCELA JORDÃO PEREIRA**  
Advogada – OAB/PB nº 18.730



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO **XXVI** /EDIÇÃO 24 DE ABRIL DE 2026

Página 1 de 1

ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO  
DECRETO Nº 0671/2026, de 24 de Abril de 2026

Abre Crédito SUPLEMENTAR para o fim que especifica e da outras providências.

O Prefeito Constitucional do Município de CONGO, Estado da Paraíba no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, bem como fundamentado pela Lei Municipal Nº 0381, de 29 de Janeiro de 2026, combinado com o artigo 43, inciso I da Lei Federal 4.320/64.

### DECRETA:

Art. 1º Fica Aberto ao Orçamento do Município um Crédito SUPLEMENTAR no valor de R\$ 86.000,00 (Oitenta e Seis Mil Reais), para reforçar as dotações abaixo discriminadas:

2.07.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	
08.122.2009.2037 BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD-SUAS/BF CAD ÚNICO	
3.1.90.04.01 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.....	16.000,00
3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.....	10.000,00
08.243.5000.5004 MANTER O PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA DO SUAS - CRIANÇA FELIZ	
3.1.90.04.01 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.....	33.000,00
08.245.2009.2038 MANTER AS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - (SCFV - CR	
3.1.90.04.01 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.....	17.000,00
3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.....	10.000,00
TOTAL .....	86.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES .....	86.000,00

Art. 2º Para fazer face as despesas decorrentes deste Decreto contará o Poder Executivo com Superavit Financeiro.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CONGO, 24 de Abril de 2026

FLAVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO  
PREFEITA(A)